

# A reforma tributária

ESP, 17/6/87 P. 14

No corpo-a-corpo em que se vai transformando a Constituinte, por meio do qual grupos de pressão tentam impor propostas que não correspondem aos interesses gerais da sociedade, uma questão não tem sido debatida com a seriedade e constância que merece. Nem debatida nem devidamente reivindicada — o que faz supor que, pronta a Constituição, ela nem mesmo terá encaminhada sua possível solução, da qual depende a permanência como entidade administrativa autônoma do município brasileiro.

Prefeitos, vereadores, governadores, deputados e senadores têm descuidado de tal forma da questão tributária que acaba sendo lícito imaginar que não a querem. Talvez a fragilidade do município atenda mais a interesses espúrios de políticos mesquinhos, permitindo-lhes a preservação do processo de barganha que os mantém no poder. O município forte e independente talvez possa prescindir deles, relegando-os à vala comum da mediocridade, e por essa razão é provável que eles deliberadamente procurem esquecer-se da reforma tributária. Nem mesmo o fato de ela ter sido bandeira de lutas do PMDB dos tempos de oposição chega a sensibilizar esses políticos. Eles devem pensar que mudanças são válidas apenas como propostas de palanque, como forma de ganhar eleições e chegar ao poder. Depois, para que põ-las em prática? O povo sempre se esquece das promessas e acaba votando nos mesmos candidatos, sem contar quantas vezes foi enganado.

No entanto, tão grave é a questão da descapitalização do município, provocada pela voracidade da União, que a reforma tributária não deveria estar afeta a políticos. A própria sociedade deveria empalmá-la e levá-la adiante, impondo-a à Constituinte. Diante dos problemas que o governo federal cada vez mais deixa de enfrentar, largando-os em última instância à solução das prefeituras, o município brasileiro não pode mais continuar recebendo apenas 2% do que arrecada.

Como resolver, como esta insignificância, problemas que vão desde enchentes e habitação a transportes e saneamento, sem falar em educação e saúde? Sem recursos, nada resta ao município senão tornar-se um pedinte nas ante-salas de governadores e ministros, batido pela polícalha rasteira.

Prefeitos e vereadores, se tivessem vontade política e não estivessem, de alguma forma, comprometidos com esta situação, poderiam revertê-la. Cabe, portanto, aos eleitores pressioná-los; e não mais elegê-los se deixarem passar a oportunidade de fazer com que o dinheiro do município fique no próprio município, aplicado em benefício de quem o produz.